

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0009385-69.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Marcos Jose Rodrigues**
 Embargado: **Evb Pires Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

MARCOS JOSÉ RODRIGUES opôs **EMBARGOS À EXECUÇÃO** que lhe moveu **EVb PIRES ME.**

Aduziu em síntese, que mantinha relação de emprego com **FABIANO AUGUSTO PIRES JÚNIOR ME.** Alegou que para resgatar parte de seu FGTS (multa de 40%), com ele (empregador) convencionou uma rescisão contratual, na modalidade injusta dispensa. Para descaracterizar essa ilegalidade por parte do Empregador, que iria receber a multa do FGTS, convencionaram que ele (embargante) iria repassar para uma terceira pessoa um cheque no valor da multa do FGTS e este por sua vez iria repassar o valor para o empregador Fabiano. Ponderou que esta terceira pessoa é o embargado/exequente. Sustentou que inconformado com o valor que deixou de receber (**MULTA DE 40% DO FGTS**), veio a fazer a sustação do mencionado cheque. Argumentou por fim, que o exequente,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

EVB PIRES ME, que foi um terceiro no negócio havido entre ele (embargante) e seu empregador veio a protestar a cártula e na sequência, a executou. Finalizou, pedindo a procedência dos presentes embargos, vez que o embargado/exequente não é credor de quantia alguma e ainda que seja declarada fraudulenta a cobrança e por consequência decretada a nulidade da execução, uma vez que totalmente ilegal.

A inicial está instruída com documentos.

Devidamente citada, a Embargada impugnou justificando que as alegações do Embargante são totalmente evasivas, fantasiosa e de má fé, e por isso deverá arcar com as consequências, pagando o que realmente deve, inclusive ser condenado a indenizar o Embargado. Pediu a improcedência dos Embargos prosseguindo a execução até a satisfação total do crédito do Exequente, ora Embargado.

Pelo despacho de fls. 24 as partes foram instadas a produção de provas, mas quedaram-se inertes (fls. 25).

Na sequência foi encerrada a instrução e fixado o prazo de 30 dias para entrega dos memoriais.

As partes não apresentaram memoriais (fl 28), embora a requerida tenha peticionado requerendo a produção de prova oral.

Pelo despacho de fls. 29 a requerida foi intimada a esclarecer que fatos controvertidos pretende aclarar com a prova oral solicitada. No entanto, ficou-se inerte (cf. fls. 31).

Em obediência ao despacho de fls. 32, o autor

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

encartou cópia do cheque objeto da presente.

É o relatório.**Passo a fundamentar e decidir.**

A execução está lastreada no cheque nº 850734 que veio aos autos por cópia a fls. 36, sacado pelo embargante MARCOS JOSÉ contra o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 1.500,00.

Embora tenha confessado a emissão livre e consciente o embargante alegou (confusamente) que o título foi emitido por “exigência” de seu antigo empregador, FABIANO AUGUSTO PIRES JUNIOR ME, para que pudesse ser dispensado sem justa causa e, assim, receber normalmente o FGTS, ou seja, confessa envolvimento com situação ilegítima (simulação). O valor da cambial equivalia à multa de 40% que conforme o combinado, seria (e foi) devolvida ao empregador.

Nenhuma prova documental nos foi exibida para comprovar a correção de tal argumento.

Ademais, o cheque circulou e foi transferido à exequente, EVB PIRES ME, empresa diversa.

Por ser um título de crédito não causal, o cheque não se vincula ao negócio jurídico subjacente.

Acerca dessa natureza não causal, leciona Fábio Ulhoa Coelho:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o **cheque** e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219 - destaquei).

Nesse diapasão vêm decidindo nossos Tribunais:

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Não ocorrência Possibilidade da ação de execução ser suspensa por ausência de bem penhoráveis Preliminar afastada. **TÍTULO DE CRÉDITO CHEQUE Embargos à execução Cheque é título não causal e passível de circulação que independe do negócio subjacente que lhe tenha servido de causa Irrelevância do argumento de falta de relação com o atual portador dos títulos** Sentença de improcedência que cabe ser mantida Apelo desprovido (TJSP, Apelação 0019877-10.2012.8.26.0032, Rel.Des. Jacob Valente, DJ 11/03/2014 - destaquei).

Concluindo: para exigir um crédito materializado em cheque basta que o credor exiba a cártula sem ter que provar a *causa debendi*; entendimento já consolidado no STJ (AgRg no REsp 1148413/PI, Rel. Min. Castro Meira, DJ 08/05/2012).

Impõe-se, destarte, a improcedência do reclamo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS**, devendo prosseguir a execução.

Sucumbente, arcará o embargante com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 10% do valor dado à causa. Na oportunidade, defiro-lhe os benefícios da justiça gratuita, devendo ser observado o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 15 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**